# Jornal O DIA SP

## Mais Sol Participações S.A.

CNPJ nº 31.232.968/0001-77 - NIRE nº 35.300.658.141
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 8 de Outubro de 2025 1. <u>Data, Hora e Local</u>: Em 8 de outubro de 2025, às 10h00, na sede social da **Mais Sol Participações S.A.** ("<u>Companhia</u>"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 11º andar, Sala 5, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000. 2. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3.** <u>Mesa</u>: Presidente: Sarkis Abdalla Azevedo. Secretária: Ingrid Albuquerque Mation. **4.** <u>Ordem do Dia</u>: Deliberar sobre (i) a redução do capital no valor de R\$8.269.994,62 (oito milhões e duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), passando, o referido capital social, dos atuais R\$122.685.994,62 (cento e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), representado por 114.416.000 (cento e quatorze milhões e quatrocentas e dezesseis mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$114.416.000,00 (cento e quatorze milhões e quatrocentos e dezesseis mil reais) representado por 114.416.000 (cento e quatorze milhões e quatrocentas e dezesseis mil) acões ordinárias, todas nominati e sem valor nominal, por considerá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a redução de capital; (iii) a aprovação para autorizar a administração da Companhia a praticar ou exercer todos e quaisquer atos relacionados à implementação das deliberações dos itens anteriores; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia em vista das deliberações acima. 5. Deliberações: Preliminarmente, os acionistas aprovam a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. Na sequência, os acionistas aprovam, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições: 5.1. a redução do capital social da Companhia, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$122.685.994,62 (cento e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), passando o capital social da Companhia de R\$122.685.994,62 (cento e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), representado por 114.416.000 (cento e quatorze milhões e quatrozen ace dezesseis mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, <u>para</u> R\$114.416.000,00 (cento e quatorze milhões e quatrocentos e dezesseis mil reais) representado por 114.416.000 (cento e quatorze milhões e quatrocentas e dezesseis mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por considerá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das Sociedades por Ações. **5.1.1.** na forma do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, esta deliberação somente se tornará eficaz após decorrido 60 (sessenta) dias da publicação desta ata, sem que haja impugnação de credores quirografários da Companhia, quando então a referida ata será apresentada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo juntamente à cópia das publicações supra referidas. 5.1.2. em virtude da redução de capital ora deliberado, os acionistas aprovam a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para fazer constar o valor atualizado do capital social anticiação de inigardo de instancio decini de companhia, para taza constante valor internacional de constante do item 5.1 acima, o qual passará ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$114.416.000,00 (cento e quatorze milhões e quatrocentos e dezesseis mil reais) representado por 114.416.000 (cento e quatorze milhões e quatrocentas e dezesseis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional." 5.2. os acionistas decidem autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **5.3.** a consolidação do Estatuto Social da Companhia em vista das deliberações acima na forma do Anexo I a esta ata. **6. <u>Encerramento</u>**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes, ficando autorizada sua lavratura na forma de sumário e publicação com omissão dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, §1º e §2º, da Lei das Sociedades por Ações. Mesa: Sarkis Abdalla Azevedo, Presidente; Ingrid Albuquerque Mation, Secretária. São Paulo, 8 de outubro de 2025. Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º - A Mais Sol Participações S.A., é uma sociedade por ações regida por este Estatuto Social, pela Lei n.º 6.404/1976 e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis ("<u>Companhia</u>"). Art. 2º - A Companhia tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 360, 11º andar, sala 5, bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir ou encerrar filiais, escritórios e outras dependências, em território nacional ou estrangeiro. Art. 3º - A Companhia tem por objeto social: (a) participação em outras sociedades, como quotistas ou acionistas; e (b) holdings de instituições não-financeira. Art. 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. Capítulo II - Do Capital: Art. 5º - O capital social é de R\$114.416.000,00 (cento e quatorze milhões e quatrocentos e dezesseis mil reais) representado por 114.416.000 (cento e quatorze milhões e quatrocentas e dezesseis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Parágrafo Primeiro. Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. Parágrafo Segundo. As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia Geral que deliberar sobre o aumento de capital. Parágrafo Terceiro. Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. Parágrafo Quarto. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. Capítulo III - Da Assembleia Geral: Art. 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Parágrafo Primeiro. Os acionistas presentes escolherão, dentre os presentes, o presidente e secretário dos trabalhos da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo. As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco, Capítulo IV - Da Administração: Art. 7º - A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos com a designação de Diretores sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes em território nacional ou estrangeiro, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo, até a posse dos novos eleitos. Parágrafo Primeiro. Os Diretores ficam dispensados de prestar caucão. Parágrafo Segundo. A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo de posse lavrado no livro próprio. Parágrafo Terceiro. A remuneração global da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral Ordinária. Art. 8º - Ocorrendo a vacância do cargo de diretor ou em caso de impedimento do titular, a Assembleia Geral deverá ser convocada para elege o novo diretor ou designar o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Em se tratando de ausência ou impedimento temporário, o diretor será substituído pelo seu par, que cumulará a sua função com a do substituído. O prazo de gestão dos diretores se estende até a investidura dos novos eleitos e o substituto eleito para preencher cargo vago completará o prazo de gestão do substituído. Art. 9º - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. Art. 10º - A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no Artigo Nono deste Estatuto Social, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, ou por um dos Diretores em conjunto com um procurador na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. Parágrafo Único. É vedada a prestação, pela quais poderao ser outorgadas por prazo indeterminado. Paragrafo Unico. E vedada a prestaçao, pela Companhia, de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. Art. 11º compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. Capítulo V - Conselho Fiscal: Art. 12º - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Capítulo VI - Disposições Gerais: Art. 13º - O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. Parágrafo Único. Sendo acionista da Companhia um Fundo de Investimento em Participações, a Companhia deverá enviar, mensalmente, ao gestor do acionista, o relatório a respeito das operações e resultados da conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. Art. 15º - Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. Art. 16º - A Companhia distribuirá, como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, o percentual mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Art - Caso a Companhia tenha como acionista um Fundo de Investimento em Participações, as demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Art. 18° - A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas todos os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou alores mobiliários que vierem a ser por ela emitidos. Parágrafo Único. Sendo acionista da Companhia um Fundo de Investimento em Participações, a Companhia deverá fornecer ao gestor do acionista, na forn periodicidade solicitada, todas as informações e documentos necessários para que este possa subsidiar a administradora do Fundo de Investimento em Participações e auditor a respeito das demonstrações contábeis e informações periódicas para Comissão de Valores Mobiliários. Art. 19º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. Art. 20º - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem vinculante nos termos da Lei n.º 9.307/1996, conforme alterada, toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionadas às disposições constantes neste Estatuto Social, na Lei n.º 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos, e demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. Parágrafo Primeiro, A arbitragem será administrada pelo Centro de Arbitragem uo niercado de organica sin geral. Faragrato Filmeiro. A afontagen sera administrada pelo Centro de Arbitagen e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") e regida pelo Regulemento do CAM-CCBC ("Regulamento de Arbitragem"). O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 3 (três) árbitros, a serem nomeados de acordo com as normas do Regulamento de Arbitragem, sendo que, antes da nomeação do árbitro que presidirá o Tribunal Arbitral, os dois co-árbitros nomeados deverão consultar as partes sobre os nomes potenciais a serem indicados. O procedimento expedito previsto pelo Regulamento de Arbitragem não nomes potentials a seterii micradus. V procediniento expedito privato però regulariento de nome de será aplicável, salvo na hipótese de demandas cujo valor não exceda R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e nas quais nenhuma das partes se oponha à sua aplicação. Parágrafo Segundo. A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde as sentencas arbitrais serão consideradas proferidas, mas outros atos da arbitragem poderão se dar em outras localidades, se assim entender conveniente o Tribunal Arbitral. A sentença arbitral será escrita, fundamentada, definitiva, irrecorrível e vinculará a Companhia, os acionistas. Administradores e membros do Conselho Fiscal que dela fizerem parte, seus sucessores e sionários, que se obrigam a cumpri-la espontaneamente. Serão aplicáveis as leis da República Federativa do Brasil e o Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para resolução de controvérsias a ele submetidas. Parágrafo Terceiro. O idioma oficial para todos os atos da arbitragem será o português. As partes podem produzir provas em português e em inglês, sem necessidade de tradução, a menos que o Tribunal Arbitral assim exija. Parágrafo Quarto. A sentenca arbitral fixará a responsabilidade de cada parte, na medida do seu insucesso, pelo pagamento e/ou reembolso dos custos administrativos, dos honorários dos árbitros e dos peritos, bem como das despesas razoáveis incorridas pelas partes para a sua defesa, desde que devidamente comprovadas. Parágrafo Quinto. A arbitragem será confidencial, obrigando-se as partes, os árbitros e quaisquer outras pessoas envolvidas no procedimento arbitral a não informar sobre a existência da arbitragem e a não transmitir nenhum documento ou informação obtida em virtude da arbitragem ou no bojo da arbitragem a terceiros, nem fazer uso dos mesmos para quaisquer fins alheios ao procedimento arbitral, salvo na hipótese em que isto seja estritamente necessário ao legítimo exercício de um direito ou de solicitação por autoridades judiciais ou administrativas diante das quais não seja possível invocar a obrigação de sigilo. Parágrafo Sexto. As partes concordam que qualquer tutela de urgência, mandamental ou coercitiva necessária antes da constituição do Tribunal Arbitral poderá ser requerida, à escolha da parte requerente da tutela, (a) a um árbitro de emergência, de acordo com as normas de Árbitro de Emergência do CAM-CCBC: ou (b) mediante processo ajuizado perante o foro eleito da Comarca da Capital de São Paulo. Em qualquer dos casos, o árbitro de emergência ou o magistrado estarão vinculados pelas leis e regras deste Estatuto e desta cláusula arbitral, e suas decisões poderão ser mantidas, revogadas ou reformadas pelo Tribunal Arbitral, assim que constituído nos termos dos arts. 22-A e 22-B da Lei n.º 9.307/96. Parágrafo Sétimo. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral e da possibilidade de optarem pelo Árbitro de Emergência nos específicos casos do parágrafo anterior, as partes elegem o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, independentemente de ser mais privilegiado, exclusivamente para: (a) a ação prevista no artigo 33 da Lei Brasileira n.º 9.307/96; (b) a acão prevista no artigo 7ª da Lei Brasileira n.º 9.307/96; (c) a ação prevista nos artigos 381 a 383 do Código de Processo Civil Brasileiro que as partes desde logo declaram que poderá ser proposta judicialmente, independentemente de haver urgência, em qualquer das hipóteses dos incisos do art. 381 do Código de Processo Civil, apenas caso ainda não haja Tribunal Arbitral constituído; (d) quaisquer disputas que, segundo a Lei Brasileira, não possam ser resolvidas por arbitragem. A execução de obrigações específicas que possam ser executadas diretamente deste título e a execução e cumprimento de sentença de sentenças arbitrais e outras decisões arbitrais ou judiciais podem ser requeridas, à escolha do requerente, (i) no local em que as medidas devam ser efetivadas, (ii) no domicílio do réu, ou (iii)

no foro da Comarca da Capital de São Paulo, São Paulo.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1030694-60.2022.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direit da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Vieira Ramos, na forma da Le etc. FAZ SABER a(o) EVERSON FERNANDES DA SILVA, RG 18,204,690, CPF 138,073,326-00, que lhe foi propost uma ação de Procedimento Comum Cível de Reparação de Danos por Acidente de Trânsito por parte de Josefa Li dineide de Freitas Torres e Paulo de Oliveira Torres. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi de minada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dia: que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de agosto de 2025.

#### AH2S HOSPITALITY SERVICES DO BRASIL LTDA

#### CNPJ: 37.092.537/0001-39 Convocação

Nos termos do disposto no art. 1.082, inciso II, do Código Civil, os sócios da empresa AH2S HOSPITALITY SERVICES DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 37.092.537/0001-39, com sede na Rua Dona Germaine Burchard, nº 401, Sala 06, Agua Branca, São Paulo/SP, CEP 05.002-062, declaram a sua intenção de reduzir o capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão do excessivo capital social em relação ao objeto social. Este aviso é publicado para os fins legais, inclusive para ciência de eventuais credores São Paulo, 08 de outubro de 2025. AH2S HOSPITALITY SERVICES DO BRASIL LTDA.

## ambipar®

#### Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1 Edital de Cancelamento de Assembleia Geral Extraordinária Informamos os Senhores acionistas da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia") sobre o cancelamento da assembleia geral extraordinária ("AGE"), originalmente convocada para o dia 10 de outubro de 2025, 6a 10h. Em razão do cancelamento da AGE, ficam sem efeito: (i) o Edital de Convocação (a) publicado no jornal "O Dia", em sua versão impressa, nas edições dos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de setembro de 2025, todas na respectiva página 5, e em sua versão eletrônica, nas edições dos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de setembro de 2025, todas na respectiva pagina 1, e en by versado eterrorinca, nas encições dos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de setembro de 2025; todas na respectiva página 1, e (b) tempestivamente divulgado nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CUM"), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3") e de Relações com Investidores da Companhia; (ii) a Proposta da Administração e Manual para Participação de Acionistas referente à AGE, tempestivamente divulgada nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e de Relações com Investidores da Companhia; e (iii) o Boletim de Voto a Distancia referente à AGE, tempestivamente divulgado nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e de Relações com Investidores da Companhia.

## São Paulo, 08 de outubro de 2025. **Alessandra Bessa Alves de Melo** - Presidente do Conselho de Administração APFIN INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 18.834.669/0001-44 - NIRE 35.300.466.594

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2025 1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 22 de agosto de 2025, às 10h00min, na sede social da APPIN INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. (a "Companhia"), na Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, conjunto 32, Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, CEP 04506-905, **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCA:** Acionista entando a totalidade do capital social da Companhia, ficando, portanto, dispensadas as forma vocação, estando regularmente instalada a Assembleia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei n.º 6.404/76. **3** COMPOSIÇÃO DA MESA: Foram indicados para conduzir a Assembleia o Sr. Marcio Garcia de Souza, como presidente da mesa, e o Sr. Marcelo de Andrade, como secretário. 4. ORDEM DO DIA: Examinar, discutir o deliberar sobre: (i) Alteração do endereço da sede social; e (ii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia aprovam po animidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos abaixo: 5.1. Alterar o endereço da sede social da Companhia para Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, conjunto 32, Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, CEP 04506-905. Desta forma, com a alteração informada acima, o Artigo 4º do Estatuto Socia da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 4º - A Companhia tem domicílio e foro na cidade de* São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, conjunto 32, Vila Nova Conceição, CEP 04506-905, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, nos termos desse Estatuto." 5.2. **Eleger** os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. (a) **Marcelo de** termos desse istaturo. 3.2. <u>ne ger</u>os memors de consenio de Administração da Companina, 35. 4,9 **maicro de** A**ndrade,** brasileiro, casado, administrador, inscrito no RG sob o nº 17.641.048/SSP-SP e no CPF/MF sob o no 076.244.538-60, com endereço comercial na Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, conjunto 32, Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, CEP 04506-905: (b) **Marcio Garcia de Souza**, brasileiro, casado ingenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.470.433 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 425.539.467 91. com endereco comercial na Avenida Santo Amaro, nº 48. 3º andar, coniunto 32. Vila Nova Conceição. Cidade d São Paulo, do Estado de São Paulo, CEP 04506-905 designando-o para Presidente do Conselho; (c) **Fernando Barretto Bergamin**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no RG sob o nº 19.124.124-6 e no CPF/MF sob o nº 175.627.108-99, com endereço comercial na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP: 04506-905.5.2.1. Os membros do Conselho de Administração da Companhia acima qualificados, eleitos e com **declarações de desimpedimento arquivadas na sede**, neste ato, tomam posse em seus cargos pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura dos respectivos termos de posse. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais avendo a ser tratado, encerrou-se a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. A presente ata é cópia fiel do documento lavrado em livro próprio. São Paulo — SP, 22 de agosto de 2025. **Marcio Garcia de Souza** - Presidente, **Marcelo de Andrade** - Secretário FINANCIAL ABV PARTICIPACÕES S.A.: SWC SPECIAL OPPORTUNITIES BRAZIL. LLC: BSO INVESTIMENTOS A.; MORGAN RIO INTERESTS II, LLC; FINVEST BSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES Representado por Finhealth Gestão de Recursos LTDA.; MRIO PRIVATE I, LLC. JUCESP nº 346.789/25n 30.09.2025. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral

## APFIN INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Edição Digital Certificada\*Sexta-feira, 10 de outubro de 2025

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2025 DATA, HORA E LOCAL: Dia 04 de setembro de 2025, às 11h00min, na sede social da APFIN INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. (a "Companhia"), na Avenida Santo Amaro, nº 48, 3º andar, conjunto 32, Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo, CEP 04506-905. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação disper sada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art. 13, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Marcio Garcia de** Souza como Presidente; e Marcelo de Andrade, como secretário. 4. ORDEM DO DIA: Examinar, discutir e deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das maté rias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovam por unanimida-de de votos e sem quaisquer restrições, nos termos abaixo: 5.1. **Eleger** os seguintes membros da Diretoria da Companhia: DIRETOR: MARCELO DE ANDRADE, brasileiro, casado, administrador, inscrito no RG sob o nº 17.641.048. SSP-SP e no CPF/MF sob o nº 076.244.538-60, com endereço comercial na Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP: 04506-905 - **TÉRMINO DO MANDATO**: 04 de setembro de 2026; **DIRETOR: ANDRÉ** POMPEU DOS SANTOS, Engenheiro Civil, CREA 58.222/D-MG, CPF 811.781.316-53, brasileiro, casado, residente : Rua Hydra, 31 Quintas do Sol, Nova Lima - MG, CEP 34.003-079, com endereço comercial na Avenida Santo Amaro, n 48, conjunto 32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP: 04506-905 - **TÉRMINO DO MANDATO**: 04 de setembro de 2026. **5.3.1.** Todos os Diretores acima qualificados, reeleitos e com **declarações de desimpedimento arquivadas na sede**, neste ato, tomam posse em seus cargos pelo prazo de 3 (três) anos, até 22 de agosto de 2028, a partir da assi natura dos respectivos termos de posse. **5.3.2.** Todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Compa nhia, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, são ratificados pelos Conselheiros presentes. 6. ENCER: RAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a gual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. A presente ata é cópia fiel do documento lavrado em ro próprio. São Paulo - SP, 04 de setembro de 2025. Marcio Garcia de Souza - Presidente, Marcelo de Andrade - Secretário. JUCESP nº 346.790/25-6 em 30.09.2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

### = Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. =

CNPJ 51.597.231/0001-65 | NIRE 35300620348 Rerratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04 de Agosto de 2025 Data, Hora e Local. No dia 25 de setembro de 2025, às 10h, de modo exclusivamente digital, por meio do acesso na plataforma de videoconferência "Microsoft Teams". Convocação. Dispensada as formalidades de convocação em razão da presença de acionistas da Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia") representando 100% (cem por cento) do capital social, nos termos do artigo 124, § 4°, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). Presenças. Presentes os acionistas da Companhia representando 100% (cem por cento) do capital social. Presentes, também, o Sr. Itacir Alves Nascimento e as advogadas Thais Rodrigues Engels e Luiza Barros de Andrade. **Mesa.** Presidida pela Dra. Thais Rodrigues Engels e Secretariada pela Dra. Luiza Barros de Andrade. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre a rerratificação do item "i", das Engels e Secretariada pela Dra. Luiza Barros de Andrade. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre a rerratificação do item """, das deliberações da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 04 de agosto de 2025, às 10h, para fazer constar a aprovação da distribuição a título de dividendos a acionista majoritária Robferma Administração e Participações Ltda. **Deliberações.** Os acionistas examinaram e discutiram a matéria constante da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade dos acionistas presentes, sem reservas ou ressalvas, o quanto segue: (i) aprovar a rerratificação do item "" das deliberações da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 04 de agosto de 2025 às 10h, registrada perante a JUCESP sob o nº 296.631/25-5, para fazer constar a aprovação da distribuição a título de dividendos a acionista majoritária Robferma Administração e Participose Ltda., no montante de R\$ 16.726.223,35 (dezesseis milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos). (ii) tendo em vista a deliberação acima, o item "" da referida ata passa a vigorar com a seguinte redação: (...) "aprovar a destinação do lucro fluido no exercício social de 2025, apurado nas Demonstrações Financeiras intermediários de 30/06/2025, no montante de R\$ 21.829.585,22 (vinte e um milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Deste montante, serão destinados (a) R\$ 1.091.479,26 (um milhão, noventa e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos) â reserva legal da Companhia, memetalarias de sigvoloy 2025, no finalitate de los cartavos). Deste montante, seráo destinados (a) R\$ 1.091.479.26 (um milhão, noventa e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos) à reserva legal da Companhia, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme estabelecido no art. 17, caput, do Estatuto Social da Companhia; (b) R\$ 4.011.882,61 (quatro milhões, onze mil, oitocentos e orienta e dois reais e sessenta e um centavos) à distribuição a título de dividendos aos acionistas minoritários: MDP Administração e Participações Ltda., APP Participações Ltda, e Celeide Marques Pinto, que serão pagos até 31 de dezembro de 2025; e (C) R\$ 16.726.25 35 (dezesseis milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos) à distribuição a título de dividendos a acionista majoritária Robferma Administração e Participações Ltda, que serão pagos até 31 de dezembro de 2025; e (C) R\$ 16.726.25 35 (dezesseis milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos) à distribuição a título de dividendos a acionista majoritária Robferma Administração e Participações Ltda, que serão pagos até 31 de dezembro de 2025." ((iii) ratificam-se os demáis termos da ata ora retificada. Enceramento. Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das S.A. Após, a ata foi dla, achada conforme e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Thais Rodrigues Engels; Map A. Administração e Participações Ltda. (p. Thais Rodrigues Engels): MJP - Administração e Participações Ltda. (p. Thais Rodrigues Pinto e Andrea Marques Pinto): e Cleide Marques Pinto (p. Silvia Neli dos Anjos Pinto). São Paulo, 25 de setembro de 2025. Mesa: Thais Rodrigues Engels: Presidente, Luiza Barros de Andrade - Secretária. Acionistas: Robferma Administração e Participações L

## FS3 Capital Securitizadora de Créditos S.A.

CNPJMF nº 44,598,040(0001-52 - NIRE 35300583337

Ata de Assembleia Geral Ordinária (Ago) Ata de Assembleia Geral Extraordinária (Age) Realizada em 10 de Julho de 2025

1. Data, Hora, Local — Realizada no décimo (10º) dia do més de julho de dois mil e vinte cinco (2025), às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, na Avenida Nossa Senhora de Fatima, nº 16-60, Bloco 1 — Apto 124, Jardim América, Bauru/SP., CEP 17.017-337. 2. Presença — Acionistas representando a totalidade (100%) do capital da Companhia, conforme assinaturas apostas no livro próprio. 3. Convocação - Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ficando, portanto, regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária, a Assembleia Geral Ordinária, passando a informar que, como já era do conhecimento de todos, a mesma tinha como finalidade a prestação de contas do exercício 2024, sendo aprovado por unanimidade pelos acionistas, sem mais a declarar o Sr. Presidente declaror que, como á Assembleia Geral Ordinária, expassible Geral Extraordinária — O Sr. Presidente declaror que, como á en conhecimento de todos, a mesma tinha como finalidade a Assembleia Geral Extraordinária do Di prior de confederamo instalada a Assembleia Geral Extraordinária do Di prior do Di protectivam instalada a Assembleia Geral Extraordinária do Di prior do Di protectivam instalada a Assembleia Geral Extraordinária do Di prior do Di prior do Di prior do Di protectivam instalada a Assembleia Geral Extraordinária do Di prior do Di a Assembleia Geral Ordinária, passando a informar que, como já era do conhecimento de todos, a mesma funha como finalidade a perstação de contas do exercício 2024, sendo aprovado por unanimidade pelos accionistas, sem mais a declarar o Sr. Presidente deu por encerado a Assembleia Gerar Ordinária. A Die Dieberações Assembleia Geral Extraordinária — O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária, passando a informar que, como já era de conhecimento de todos, a mesma tinha como finalidade (i) A eleição do Diretor Presidente da Companhia, (ii) alteração do Art. 2, 16 e 18 Do Estatuto Social, (vi) consolidação do Estatuto Social da Companhia. Parágrafo único: Após as Deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições, o que segue: (i) Aprovado por unanimidade dos Acionistas o Sr. Vinicios Mendes de Sa, brasileiro, sotietro, administrador de Empresas, RG no 52.744.031-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob no. 060.804.869-03, Residente e domiciliado na Rua Abrañão Rahal, 1-48 – Apto 51, jarridm Amália, CEP 17017-270. Bauru/SP como Diretor Presidente, para o mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará quando forem aprovadas as contas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2027. (iii) Aprovado por unanimidade a alteração do endereço e sede social da companhia para Rua Anvar Dabus, pr.º 5-18, Sala 3, Vila Mariana, Bauru/SP, CEP 17.017-210. (iii) Aprovado por unanimidade a alteração do endereço e sede social da companhia para Rua Anvar Dabus, pr.º 5-18, Sala 3, Vila Mariana, Bauru/SP, CEP 17.017-120. (iii) Aprovado por unanimidade a alteração dos Art. 2, 16 e 18 Do Estatuto Social e passa a vigorar com a seguinte alteração: Artigo 2º A Sociedade tem sua sede e foro para Rua Anvar Dabus, pr.º 5-18, Sala 3, Vila Mariana, Bauru/SP, CEP 17.017-120, podendo abrir filiais, secritórios e representações em qualquer localidade do país o de exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ou não, resi em 10/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

o qual se encordis anexo à presente como Areso L. <u>L. Encharamento</u>. Veada mais tovencho à traite, foi encharacta de central de el control presente A. M. Sea Presidente de la celle Virgito (Sea Meste Virgito) de Mende de Sa Directo Presidente (Esicio) Agraci — A dis a Assemblea dem Estrandraira matrizada em 10 de juho de 2025. JUCISS Pri 255.653(2.52 em 10092025). Marina Centrulon Daddan - Secordaira Geral.

\*\*ENTRUPO DATA Afriga, L. PES CAPITA, SECURITAZIONA DE CREDITAZIONA DE CREDITAZION μο εκευτών, τως termos σο artigo zuz da Let σ.404/16. Paragrato Tercetro — O saldo remanescente apos atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral dos Acionistas, observada a legislação aplicável. Parágrato Quarto — A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. Parágrato Quinto — Observadas as disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, so quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Tidago 26, A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar liquidação; Artigo 26, A Sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, de acordo com o artigo 118 da Lei-040/16, Artigo 26, Em tudo o que for omisso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes. Bauru/SP, 10 de julho de 2025. Vinicios Mendes de Sã - Acionista; Victor Mendes de Sã - Piretor Presidente.



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D664-9F0F-8124-55A7 ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D664-9F0F-8124-55A7



## **Hash do Documento**

4E6D548872ECD94F7693BC7869336A934702E5B964B08E48F666C9CECF13F1B7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/10/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) 39.732.792/0001-24 em 10/10/2025 07:47 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

